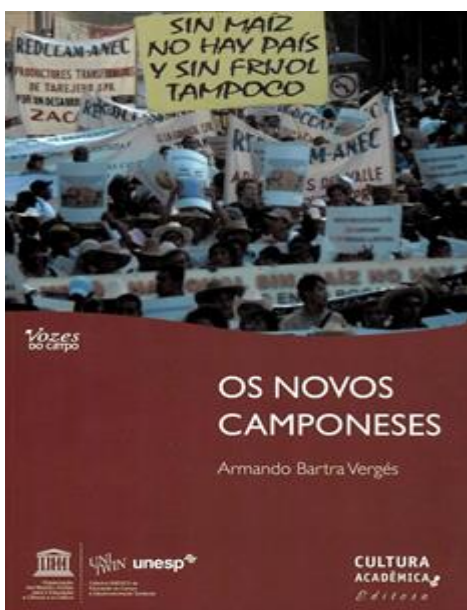


VERGÉS BARTRA, Armando. **Os novos camponeses**: leituras a partir do México profundo. Tradução de Maria Angélica Pandolfi. Revisão Técnica de Bernardo Mançano Fernandes, João Pedro Stédile e Silvia Beatriz Adoue. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, Coleção Vozes do Campo, 2011, 339 p.

Dorival Borelli Filho<sup>1</sup>

Em *Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo* (2011), o filósofo mexicano Armando Bartra Vergés<sup>2</sup>, pesquisador pouco conhecido nos meios acadêmicos brasileiros e, em particular, nas Ciências Humanas e na Geografia Agrária, mas que vem sendo considerado como um dos principais teóricos do campesinato latino-americano empreende uma análise sobre a permanência e sobrevivência do campesinato na economia capitalista contemporânea à luz da perspectiva marxista, frente às teorias de dissolução, transformação e/ou integração desta classe social ao sistema capitalista, em razão de uma suposta homogênea inserção do capital agroindustrial no campo, servindo-se para tanto, especialmente, do tomo III de o Capital de Marx, ao postular que:



(...) Ao falar da produção camponesa, Marx está falando de um elemento inserido na reprodução do capital global, um elemento atípico, pode-se dizer, mas que de nenhuma maneira se reproduz de forma independente e com uma lógica própria. A partir dessa perspectiva, qualificar de “capital” os meios de produção nas mãos dos camponeses, definir uma parte do excedente que é transferido como “lucro que deixa de receber” e, finalmente, qualificar sua renda como um “salário autoconsignado” é a única abordagem correta e está longe de ser uma metáfora (VERGÉS BARTRA, 2011, pp. 1-2).

A partir da perspectiva empreendida, o autor propõe uma análise do campesinato como um elemento inserido e não externo à economia capitalista, cuja reprodução social ocorre através de relações não capitalistas de produção, identificando a “renda ao contrário” como conceito-chave para a compreensão da reprodução camponesa e salientando a necessidade de uma atualização do conceito de campesinato diante das profundas transformações ocorridas na economia

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE) – Câmpus de Rio Claro. dorivalborelli@ig.com.br.

<sup>2</sup> Armando Bartra Vergés nasceu em Barcelona, em 1941, mas desde 1948 reside no México. Graduado em Filosofia, foi diretor do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Rural Maya e atualmente é docente da Universidade Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco. Em 2011, recebeu o título Doutor Honoris Causa da Universidade Nacional de Córdoba, Argentina. Como ator político, destacou-se como conselheiro e membro fundador do Movimiento de Regeneración Nacional.

capitalista do século XXI, que ultrapassa a mera produção agrícola familiar, suplantando a velha dicotomia e rural *versus* urbano, compreendido como atrasado e opondo-se a modernidade da cidade.

Além da *Economia política do campesinato*, título do primeiro capítulo do livro, outros temas relevantes à sua obra são: luta de classes, formas de resistência, recriação, migração e o futuro do campesinato e neste sentido o leitor encontrará enormes simetrias com a corrente teórica que do universo acadêmico europeu advém de Alexander V. Chayanov, em *A organização da unidade econômica camponesa* e Teodor Shanin, em *Camponeses e sociedades camponesas* e que no país é reverberada pelas obras de José de Souza Martins, em *O Cativo da Terra*, e nos inúmeros estudos desenvolvidos por Ariovaldo Umbelino de Oliveira, analisando o autor como o campesinato reage ao processo de “modernização da agricultura”, renovando-se na sua reterritorialização mediada por situações de resistência e subordinação ao sistema capitalismo.

A partir de uma perspectiva classista e uma abordagem transdisciplinar, o leitor compreenderá nesta obra a produção do território camponês como produto concreto da luta de classes travada pelo campesinato no interior da sociedade mexicana no processo de produção de sua existência, que se desenvolveram no país desde a Revolução Mexicana de 1910, passando pelo levante do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) até 1994.

Embora em sua obra o pesquisador utilize um referencial teórico-analítico europeu e empreenda sua análise sobre uma realidade específica, o que considera o “México profundo”, uma realidade oculta que se apresenta como um campo profícuo para suas análises, o seu esforço teórico caracteriza-se pela construção de um referencial teórico-metodológico latino-americano, que pode vir a ser perfeitamente aplicado no desenvolvimento de estudos sobre o paradigma da questão agrária brasileira, dada as simetrias, mas também guardadas as particularidades entre o campesinato brasileiro e o mexicano.

Em *Os camponeses em questão*, título do segundo capítulo da obra, Armando Bartra Vergés adverte o leitor sobre a problemática de se definir esta classe em um bloco homogêneo, caracterizando-a como uma classe esquiva, difícil de ser definida e atribuindo ao campesinato um “polimorfismo substantivo e estrutural”, pois o camponês, ao contrário de outras classes, possui um suporte material múltiplo, diverso e obscuro que não é somente de caráter produtivo e corporativo, mas também fisionômico, indumentário, linguístico, dançante, melódico, gastronômico e espirituoso:

Não conformados com seu polimorfismo perverso, os camponeses são anacrônicos e utópicos, uma classe abandonada pela economia e pela história, condenada à morte em todos os tribunais da modernidade. As revoluções burguesas deveriam enterrá-los juntamente com o feudalismo; o desenvolvimento capitalista tende a fragmentá-los em empresários agrícolas e proletários do campo e o socialismo procura combatê-los por considerá-los como sementeira de uma desprezível burguesia rural. Tampouco os livros fazem bons presságios aos camponeses. As teorias sociais de maior prestígio tendem a remetê-los ao passado junto com as velharias do antigo regime, expulsando-os para a periferia do sistema como sobras pré-capitalistas e referindo-se à diversidade de ofícios que ocupam e à decadente renda agrícola

a fim de colocar em dúvida sua própria identidade (VERGÉS BARTRA, 2011, p. 68).

Situando o campesinato na periferia do sistema capitalista como eternos marginalizados, ainda nesta seção do livro, o autor resgata o caráter revolucionário do campesinato esquecido por Marx e a unidade campesina observada nos encontros nacionais camponeses, advertindo que um novo paradigma de reforma agrária deverá, além de levar em consideração a premissa da democracia social e cidadã, possuir um rosto feminino e uma autodeterminação territorial, exemplo a ser seguido dos povos indígenas:

Esse novo projeto também não pretende seguir o modelo patriarcal que outorga todos os direitos ao “chefe de família”; pelo contrário, a refundação agrária do novo milênio deve ter um rosto feminino. Por último, é necessário assumir a lição que nos deram os povos indígenas ao reclamarem não apenas a terra como meio de produção, mas também como espaço de autogoverno (VERGÉS BARTRA, 2011, p. 69).

Em *Êxodos*, terceira seção da obra, o autor analisa as causas dos fluxos migratórios contemporâneos em seu sentido inverso (sul-norte ou periferia-centro), especialmente, rumo à América do Norte, o inchaço populacional urbano e a exploração econômica engendrada pelo capital através de seus “coiotes” sobre esse grande negócio que perde somente para o tráfico de armas e o narcotráfico, caracterizando o México como uma nação peregrina, multiétnica e binacional e asseverando que um significativo contingente desses migrantes se constitui em camponeses em movimento:

A implosão populacional, que está esvaziando o campo e comprimindo as cidades, é estrutural e responde a diversos motivos imediatos: guerras civis, estiagens, fome, perseguições, limpezas étnicas, transições de ditaduras ao mercado livre desgastantes e burocráticas, políticas de ajuste estrutural, guerras imperiais e outros desastres. Ainda que tenham origem na severa disparidade das condições de vida entre nação e outra, as diferenças abismais, no mundo de cristal da mercadotecnia globalizada, parecem tão ofensivas quanto sedutoras. É essa diáspora heterogênea onde se misturam a pobreza e a miséria terminal, ilusões e desilusões, nômades urbanos e marginalizados rurais. Contudo, vale ressaltar que muitos imigrantes, talvez a maioria, são camponeses deslocados (VERGÉS BARTRA, 2011, pp. 117-118).

Ainda neste capítulo da obra, Armando Bartra Vergés analisa o desmonte e o abandono das políticas públicas agrícolas em relação ao campesinato e a perda de soberania alimentar e autonomia do trabalho em razão dos fluxos migratórios: “(...) Da mesma forma, uma nação marcada por êxodos massivos e estruturais, e incapaz de aproveitar a força de trabalho de todos seus habitantes acaba colocando sua soberania nas mãos do país receptor de seus migrantes (...)”.

No quarto capítulo da obra, denominado *Identidades multinacionais*, o pesquisador aborda ainda as tentativas de reinvenção da Mesoamérica (uma região que se estende sobre centenas de milhares de hectares, onde vivem 64 milhões de

peças, das quais a metade vive no campo, em torno de 40% trabalha na agricultura e 18% é indígena) através da mundialização do capital, concretizada mediante o Plano Puebla-Panamá (PPP) e sua porção mexicana, o Plano Sul-Sudeste (PSS), postulando como alternativa a esse projeto que:

(...) muito mais do que os megaprojetos de cúpula, é possível e necessário pensar em uma aliança social mesoamericana, uma convergência multinacional que venha de baixo e que responda aos caminhos impostos pela globalização perversa. Essa é a aposta do presente ensaio (VERGÉS BARTRA, 2011, p. 169).

Em *Camponeses em movimento*, capítulo que finaliza a sua obra, o autor analisa ainda, entre outros setores da sociedade, a participação campesina entre dois séculos, no movimento de luta contra o ogro aparelho autocrata-burocrático-centralizador constituído pós-Revolução Mexicana de 1910 rumo à emancipação da sociedade frente ao Leviatã mexicano e neste sentido destaca que:

(...) Na segunda metade do século, a incontida proliferação de resistências autonomistas converge, primeiro, com o progressivo descrédito do sistema político, que se inicia, simbolicamente, em 1968; depois, com o desgaste da disciplina gremial, evidenciado pelas “insurgências” operárias, camponesas e populares dos anos 1970, e mais tarde com o desfalecimento do modelo econômico, dramatizado pela crise dos primeiros anos da década de 1980 e dos subsequentes descalabros financeiros dessa década e da seguinte. Por último, a ruptura da “corrente democrática” com o PRI, em 1988, assinala a esclerose definitiva dos mecanismos informais de reprodução do sistema político e o princípio do fim da “revolução feita governo” (VERGÉS BARTRA, 2011, p. 294).

Ainda a respeito da obra convém considerar que a sua tradução, revisão técnica e publicação no país inaugura a série *Vozes do Campo*, editada pela Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, vinculada ao Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP).

Ao término desta mera resenha que não tem a pretensão de abarcar a diversidade de temas explorados pelo autor nesta obra, espera-se que esta apresentação suscite o interesse da comunidade científica em conhecer este livro, animando o debate acadêmico e acolhendo este novo referencial teórico-metodológico que se apresenta como subsídio para o desenvolvimento de novos trabalhos de investigação, especialmente, da complexa questão agrária brasileira.

Submetido em: 07/02/2014

Aceito para publicação em: 09/02/2014

Publicado em: 05/04/2014